

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL E A TENSÃO ENTRE O GLOBAL E O REGIONAL: O CASO DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA NA REGIÃO COREDE MISSÕES/RS

REGIONAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND THE TENSION BETWEEN GLOBAL AND REGIONAL: THE CASE OF THE PRIMARY PRODUCTION IN THE REGION COREDE MISSIONS / RS

Berenice B. R. Wbatuba

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI – Campus de Santo Ângelo, RS, Brasil,
bwbatuba@santoangelo.uri.br

Marlize Cargnelutti Tiecker

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI – Campus de Santo Ângelo, RS, Brasil,
marlize@santoangelo.uri.br

Daniel Claudy da Silveira

Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, RS, Brasil, daniel.claudy@hotmail.com

Romulo Madrid de Mello

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI – Campus de Santo Ângelo, RS, Brasil,
rmello@santoangelo.uri.br

Resumo

Este estudo pretende contribuir com reflexões teóricas acerca do desenvolvimento regional sustentável, na perspectiva territorial, abordando a tensão entre o global e regional, na organização econômica e social, analisando-se o caso da produção primária da região do Corede Missões do Rio Grande do Sul. Metodologicamente, utilizou-se de revisão bibliográfica das principais concepções e teorias relacionadas ao território, região, desenvolvimento regional sustentável e, de estudo de caso. Como resultados, o fato da formação sócio espacial do território rio-grandense ter tido influência no atual contexto econômico-social de desenvolvimento da região e na sua estrutura produtiva primária, baseada no plantio- soja, milho e trigo- e pecuária, onde as pequenas propriedades familiares representam 85% dos produtores da região. Assim, é observável a tensão global sobre o regional, visto que estas propriedades são pressionadas pela lógica imposta verticalmente e que dá conta dos outros momentos da sua produção-circulação, distribuição e consumo-, da transferência de renda da produção-de baixo valor agregado- para grupos ou regiões fabris de maior valor agregado e que determinam o valor do produto. Alia-se a isso, a falta de infraestrutura na propriedade, pouca mão-de-obra, maquinário precário, sem acesso às novas tecnologias e de posse de pequenas porções de terra para sua produção.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional sustentável, Território, Região Sul, Globalização.

Abstract

This study sought to contribute to theoretical reflections on sustainable regional development, territorial perspective, addressing the tension between the global and regional, economic and social organization, analyzing the case of primary production of the COREDE Missions of Rio Grande do Sul. Methodologically, we used a literature review of key concepts and theories related to the territory, region, regional sustainable development and case study. As a result, the fact that spatial training partner of Rio Grande territory have been influential in the current economic and social context of development of the region and its where small primary production structure based on plantio- soybeans, corn and livestock and trigo- family farms account for 85% of producers in the region. Thus, the overall tension is observable on

regional, as these properties are pressed vertically imposed by logic and realize that the other moments of its production-circulation, distribution and consumption-the transfer of income from the production of low-value-added - for groups or industrial regions with higher added value and determine the value of the product. Alia to this, the lack of infrastructure on the property, little hand labor, precarious machinery without access to new technologies and possession of small portions of land for their production.

Keywords: Sustainable Regional Development, Territory, South Region, Globalization.

1. INTRODUÇÃO

O tema desenvolvimento tem sido a questão central para muitos teóricos ao longo dos tempos e ainda nos dias de hoje se faz fortemente presente no âmbito das mais variadas disciplinas do saber, recebendo atenção especial, principalmente entre economistas e geógrafos. Diversas são as teorias que buscam compreender ou até mesmo explicar as questões e perspectivas envolvidas no debate central sobre o desenvolvimento, desde as mais clássicas às mais emergentes.

O significado do termo “desenvolvimento” em sua trajetória histórica foi frequentemente associado ao sinônimo de “progresso”- período mais especificamente compreendido entre 1880 e 1920- e de “crescimento econômico do PIB” (Produto Interno Bruto), demarcado pelos os anos de 1940 a 1970. O longo período de expansão do pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico. Definido como regime de acumulação fordista-keynesiano, esse período caracteriza-se como altamente entrópico e com uma divisão internacional do trabalho-DIT, extremamente clássica, que relacionava o conceito de desenvolvimento a industrialização e urbanização.

A partir da década de 70 e mais precisamente a contar dos anos 80, o tema desenvolvimento começa a experimentar significados de ordem mais qualitativa, tais como a preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente, liberdades individuais, eliminação da pobreza, inclusão social, fortalecimento de regiões, entre outros. Esse período denominando de regime de acumulação flexível ou pós-modernidade/pós-fordismo, busca o desenvolvimento a partir da sustentabilidade (tendo como indicador a qualidade de vida), com uma nova divisão internacional do trabalho-DIT, na qual, os países (ou regiões) desenvolvidos, transformavam-se, simultaneamente, nas regiões centrais da organização do trabalho e nos principais mercados, mas deslocalizavam para regiões mais pobres e menos qualificadas as atividades de mão de obra destinadas ao seu próprio mercado (BENKO, 1999). A contar desse período, o tema passa a receber atenção especial, não só de teóricos como também de iniciativas advindas da sociedade organizada ou de ordem governamental, preocupados em construir processos dinâmicos de promoção da qualidade de vida junto à população.

Para entender o processo de desenvolvimento a que se apresentar uma importante discussão a respeito do “território”, sua concepção e perspectivas diversas no estudo do desenvolvimento territorial/ regional. Têm-se que a ciência natural foi quem inicialmente tratou do conceito de território, onde estabeleceu a relação entre o domínio de espécies animais ou vegetais com uma determinada área física, ou seja, relacionando o espaço ao patrimônio natural existente numa região definida. Em seguida, foi a geografia que buscou conceituar o território, incorporando a apropriação do espaço pela ação social de diferentes autores, relacionando espaço, recursos naturais, sociedade e poder. Assim, surge o território como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção

social. Por fim, diversas outras disciplinas passaram a incorporar o debate, entre elas a sociologia, a antropologia, a economia e a ciência política (FLORES, 2006)

Para Flores (2006), esse território, entendido como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento, vem sendo objeto de ações tanto de iniciativas da própria sociedade, através de movimentos sociais, organizações não-governamentais e até mesmo por ações de empresas privadas, como de iniciativas do poder público (políticas públicas municipais, estaduais ou federais).

Igualmente, faz-se necessário clarear a palavra “região”, uma vez que tanto os geógrafos quanto os economistas trabalham a muito nas diferentes interpretações que se pode dar a ela, comumente, utilizada de forma vaga e que suscita grande dificuldade para sua definição.

Assim, este estudo pretende contribuir com reflexões teóricas acerca do desenvolvimento regional sustentável, na perspectiva do desenvolvimento territorial, abordando a tensão entre o global e o regional do atual processo de acumulação capitalista, analisando o caso da produção primária no recorte da região do Corede Missões do Rio Grande do Sul.

2. CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento tem sido questão central em muitos debates teóricos. Dentre as mais diversas tentativas de conceituar desenvolvimento. Em termos resumidos a temática do desenvolvimento se manifesta através de duas grandes concepções que se destacam no processo de acumulação capitalista. A primeira sob a ótica do *regime de acumulação fordista/fossilista* e, a segunda, por meio do *regime de acumulação flexível*.

Ao longo de todo o século XX a sociedade mundial acreditava piamente na irreversibilidade do modelo de desenvolvimento propagado pelos países que lideravam o processo de acumulação hegemônico. E a fórmula mágica para alcançá-lo era atribuição do planejamento, que transformou os planejadores de plantão, em sua maioria economistas, em verdadeiros magos do processo (ETGES, 2005)

O grande período marcado pelo *regime de acumulação fordista-fossilista*, o qual anunciava que o desenvolvimento baseado na esteira da industrialização e da urbanização (indicador de desenvolvimento = renda per capita), com impacto ambiental altamente entrópico, com uma DIT clássica, mundo bipolar (dividido em socialismo/capitalismo), período histórico entendido como modernidade capitalista, com um único direcionamento (desenvolvimento viabilizado pelo planejamento- FBI, Banco Mundial) e, que prevaleceu até meados dos anos 80.

Nas últimas décadas do século XX, entretanto, a acumulação fordista entra em crise e um novo regime de acumulação surge, contrapondo-se justamente à característica mais marcante daquele, através da chamada acumulação flexível.

O *regime de acumulação flexível*, entende o desenvolvimento a partir da dispersão/diversidade, impacto ambiental configurado na busca pela sustentabilidade (indicador de desenvolvimento= a qualidade de vida), como uma nova DIT (não é mais a matéria-prima que se move para os grandes grupos/empresas e sim, as próprias empresas se movem para mercados mais promissores – deixando a nacionalidade em segundo plano, surgindo as empresas transacionais), mundo multipolar, período histórico entendido como pós-moderno/pós-fordista, com início a partir dos anos 80.

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, com novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos

mercados, e, sobretudo, taxas altamente sofisticadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992).

Neste contexto surge a preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento, que remete não só a questões de ordem ambiental, mas também a questões de ordem social, econômica, política e cultural.

De acordo com Fatheuer e Arroyo (1997), no debate sobre a sustentabilidade há, pelo menos, duas vertentes norteadoras: a) uma, que define o conceito sob o primado da racionalidade econômica, na perspectiva de uma nova lógica de economia de mercado, que seja capaz de autolimitar as taxas de acumulação, onde as matrizes de *eficiência* (combate ao desperdício da base material do desenvolvimento, tendo o mercado como instância reguladora, pois o sistema de preços e competitividade induziriam à produção de tecnologias limpas e proteção ao meio ambiente) e de *escala* (a propõe a limitação quantitativa das bases materiais nas quais se apoia a acumulação de capital) são organizadoras do discurso, ou seja, a questão de sustentabilidade se reduz a uma “revolução de eficiência”, ou como muitos preferem, de “uso racional dos recursos naturais”; b) a outra é a vertente que questiona a insustentabilidade sócio-política do modelo atual e não apenas a ecológica, em sentido restrito, se opondo à redução da sustentabilidade a uma categoria unicamente econômica, preconizando a mudança social, apoiando-se em valores como equidade, democracia, sociobiodiversidade, diversidade cultural, justiça, ética, acentuando a visão da inter-relação das várias dimensões da sustentabilidade: ambiental e ecológica, social, econômica, política e institucional; coloca no centro as lutas sociais, que constituem, a rigor, a própria possibilidade de se fazer história e, portanto, as transformações. Esta vertente traz à tona a perspectiva da sustentabilidade democrática: supera tanto a retórica vazia dos discursos oficiais como seus conteúdos conservadores; desloca-se tanto das ideias dominantes do economicismo, da lógica do mercado, como do paradigma essencialmente ecológico que oculta as contradições sociais e políticas e que reduz o debate da sustentabilidade ao mero conservacionismo (ETGES, 2005).

3. TERRITÓRIO- CONCEPÇÕES E (RE) CONFIGURAÇÕES

Partindo da premissa de que foi a ciência natural a primeira ciência a retratar o conceito de território, estabelecendo o espaço apenas como a relação entre o domínio de espécies animais ou vegetais com uma determinada área física e, que também para os geógrafos, inicialmente, o espaço partia em geral do solo e não da sociedade, pode-se dizer que a geografia social se desenvolveu lentamente e que se interessava mais pela forma das coisas do que pela sua formação (SANTOS, 1982).

Em seguida, a geografia busca conceituar o território, incorporando a apropriação do espaço pela ação social de diferentes autores, relacionando espaço, recursos naturais, sociedade e poder. Assim, surge o território como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social (FLORES, 2006).

Assim, a geografia ao interpretar o espaço como resultado da ação social humana, não poderia deixar de considerar o espaço como fato histórico, uma vez que a história não se escreve fora do espaço e nem a sociedade é a-espacial, ou seja, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local, servirá como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem (SANTOS, 1982).

E, embora a categoria de formação econômica social- F.E.S tenha sua importância no estudo das sociedades e para o método marxista, ela fora interpretada erroneamente até recentemente- pouco menos de vinte anos- pois na relação dualista “homem-natureza”, a natureza e o espaço eram tidos como sinônimos desde que se considerasse a natureza como natureza transformada, uma “segunda natureza”, como era chamada por Marx. Sereni (1974),

retoma o debate e destaca a distinção entre modo de produção e formação social, criticando o marxismo, que contrariamente confundia os dois conceitos. Para Sereni (1974), a categoria da formação econômica social expressa “a unidade e a totalidade das diversas esferas-econômica, social, política, cultural- da vida de uma sociedade”, daí a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico.

Não é a sociedade em geral (modo de produção capitalista) que o conceito de F.E.S se refere a partir de sua retomada por Sereni (1974), mas sim a uma sociedade dada - localizada no espaço e no tempo. Isso significa dizer, que não há uma “sociedade em geral”, mas que uma sociedade existe sempre sob um invólucro histórico determinado, ou seja, cada sociedade vestindo a roupa do seu tempo (SANTOS, 1982).

O estudo sobre as formações econômicas e sociais permitem o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, partindo sempre de um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução, assim depõe da noção de F.E.S como indissociável do concreto, representado por uma sociedade historicamente definida (SANTOS, 1982).

Assim, afirmar que modo de produção, formação social e espaço, são três categorias interdependentes, significa dizer que: a) o modo de produção formado pela junção dos processos (produção, circulação, distribuição e consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, através de uma formação social; b) se a formação social corresponde às diversas relações de produção existentes (formas técnicas e organizacionais do processo produtivo), ela não pode ser gerada sem fazer referência à noção de espaço.

Para Santos (1982, p. 14), “as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O valor de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam”.

O modo de produção se expressa pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho. O novo procura impor-se por toda a parte, embora não consiga realizar isso plenamente e, o velho considerado o modo de produção anterior, mais ou menos penetrados pelas formas sociais e pelas técnicas que correspondem ao modo de produção, não esquecendo porém, que sempre comandados pelo modo de produção novo.

Na definição de Santos (1982), vastos segmentos do espaço puderam escapar ao domínio, direto ou indireto, do modo de produção dominante, antes do denominado período tecnológico atual, ou apenas foram atingidos por feixes de determinações limitadas.

A técnica atuando na construção do espaço é vista como a principal forma de relação entre o homem e a natureza, que representado por meios instrumentais e sociais, produz e cria o espaço (SANTOS, 2006). A medida que o homem se relaciona com técnicas mais avançadas, as transformações se dão de forma mais rápida, ou seja, uma das características do sistema técnico atual é a rapidez da sua difusão, pois, as inovações técnicas introduzidas nos 20 anos após a II Guerra Mundial se espalharam duas vezes mais rápido do que as introduzidas após a I Guerra Mundial, o que permite concluir que as épocas (períodos históricos) se distinguem pelas formas de fazer, ou seja, pelas técnicas. (SANTOS, 2006).

Ainda, a rapidez com que geograficamente se difundem as tecnologias atuais, envolvem paralelamente, mais pessoas e colonizam muito mais áreas. Se esses atuais sistemas técnicos são invasores, os limites de invasão se dão pela divisão do trabalho e pela criação da densidade, ou seja, quanto mais forte a divisão do trabalho, maior a tendência de sistemas hegemônicos se instalarem. O autor ainda corrobora afirmando que cada sociedade é caracterizada pela convivência de diversos modos de existência técnica que coexistem e se afrontam. Dentro de um mesmo espaço podem conviver diferentes subsistemas técnicos provenientes de épocas diversas. (SANTOS, 2006).

Milton Santos (2006), defende a ideia de que a técnica se impõe e se aplica de diferentes formas, tanto no espaço quanto no tempo, produzindo espaços diferenciados, porém não independentes entre si, ou seja, o tempo e as técnicas convivem juntas e configuram e (re) configuram o próprio espaço.

Assim, o espaço é formado de várias técnicas e se há uma técnica dominante sobre as demais, levará ao entendimento dos motivos dessa predominância, ou seja, se num determinado espaço vigoram técnicas mais antigas, infere-se que o comportamento social resiste ao novo. Cada nova técnica conduz à uma nova percepção de tempo-obriga um novo uso do tempo- obediência estrita do relógio (SANTOS, 2006, P.121).

No início da história existiam tantos sistemas técnicos quanto eram os lugares e os grupos humanos, porém esses sistemas eram locais e o número de modelos diminui à medida que o capitalismo foi evoluindo, sendo que hoje, o movimento da unificação das técnicas (natureza própria do capitalismo) alcança seu ápice, com predominância em toda a parte de um sistema técnico único, base material da globalização. A unicidade das técnicas aliada à convergência dos momentos e a mais-valia no nível global, contribuem para ampliar e aprofundar o processo de internacionalização, onde o novo espaço das empresas passa a ser o mundo, bem como, as maiores empresas passam a ser, não apenas multinacionais, mas sim globais, funcionando em redes e que quanto mais ligadas à informação, com mais forças se globalizam. Assim, significa dizer que o meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização (SANTOS, 2006).

O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como uma metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas e os lugares (SANTOS, 1994). A ordem global procura impor uma única racionalidade e os lugares vão responder conforme os modos de sua própria racionalidade, afirma ainda o autor.

Pecqueur (2000), considera importante a diferenciação entre dois tipos de territórios. O primeiro deles seria aquele estabelecido por decisão político-administrativa, num processo “*top-down*” de decisão, cujos interesses, normalmente, são o estabelecimento de políticas de desenvolvimento da região pré-definida. Nesse caso, o território seria chamado de “território dado”. Apresenta ainda uma compreensão sobre territórios definidos sob uma perspectiva político-administrativa como sendo o espaço-lugar, que resulta como produtos das políticas de organização do território. A partir daí, o autor diferencia um outro tipo de território, o construído, ou espaço-território, que, segundo o autor, é formado a partir de “um encontro de atores sociais, em um espaço geográfico dado, que procura identificar e resolver um problema comum” (PECQUEUR, 2000).

A fala de Milton Santos (2006) revela que, nas atuais condições, os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas (SANTOS, 2006, p. 192).

Horizontalidades representam uma cooperação mais limitada enquanto que as *verticalidades* são veículos de uma cooperação mais ampla (econômica, política e geográfica), que cria interdependência, e tanto mais numerosas e atuantes se apresentam, maiores são as necessidades de cooperação entre os lugares.

Verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As *horizontalidades* são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra finalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta, comenta o autor.

A tendência atual se faz no sentido vertical dos lugares, nos quais os vetores de modernização são entrópicos e trazem desordem aos subespaços em que se instalam, (re) criando uma nova ordem em seu benefício próprio. Mas, os lugares também podem se refortalecer horizontalmente, reconstruindo a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo (SANTOS, 2006).

Ainda, há de se referir aqui, em paralelo as verticalidades e horizontalidades, as chamadas as forças centrípetas e centrífugas que atravessam o território, que agem em diversas escalas como tendências contrastantes e congruentes. As primeiras, são forças agregadoras, de convergência e que resultam do processo econômico e social, podendo estar subordinadas às regularidades dos processos de produção quanto a surpresas da subjetividade, agindo tanto no campo quanto na cidade (constituindo fator de homogeneização e aglomeração, respectivamente) ou entre eles- campo e cidade-gerando fatores de coesão. A segunda, pode ser considerada um fator de desagregação, quando retiram à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado for e longe dali, podendo ser tida como desestruturação se vista em relação ao passado (equilíbrio anterior) ou como reestruturação, se vista a partir do processo que se está dando sendo que entre os fatores longínquos e causadores de tensão local, podem ser citados como exemplo o comércio internacional, as políticas públicas ditadas nas metrópoles nacionais ou estrangeiras, a demanda das grandes indústrias, entre outros (SANTOS, 2006).

As forças centrípetas conduzem a um processo de horizontalização, enquanto que as forças centrífugas conduzem a um processo de verticalização.

Em suma, território na concepção clássica, refere-se a superfície física onde os estados se implantam. Já na concepção pós-moderna, atual, o território pode ser entendido como o espaço apropriado, usado, onde se processa a realidade, construído. Regiões se formam, se constroem nesses territórios.

4. REGIÃO SOB ÓTICA DE GEÓGRAFOS E ECONOMISTAS

A palavra região está presente no conhecimento elaborado desde a antiguidade, caracterizado por inventários e pela intimidade entre o sagrado, o mítico e o real, aparecendo com destaque nos estudos sobre as diferenças e os contrastes da superfície da Terra, denominada pelos gregos de estudo corográfico. Aos gregos, também pode ser atribuído o crédito da primeira regionalização concebida com algum método científico (LENCIONI, 2001).

Assim, as investigações que procuravam elucidar o conceito de região são muito antigas onde os geógrafos são os que sobretudo se destacam nas investigações no século XIX e começo do século XX, só a partir dos anos 50 os economistas e os politólogos buscam defini-la e operacionaliza-la.

Numa primeira etapa, passa-se gradualmente da noção de região natural à noção de região econômica. Em seguida, sob a inspiração dos economistas espaciais e impulso da nova geografia, tem-se uma renovação de ideias, preocupada principalmente, em explicar os fenômenos regionais, embora as definições de região tenham sido parciais e, considerada pelo próprio fundador da ciência regional, Isard, como um “conceito enganador” que não passava de uma simples “generalização do espírito”. Já a terceira fase da investigação, a análise dos

espaços econômicos aplicados à região, se dá pela abordagem de três distinções pelos autores Boudeville, Perroux e Richardson que se completam mutuamente:

- a) a região homogênea- de inspiração agrícola, que se define por uma dispersão mínima das características de cada unidade elementar em relação à média do conjunto;
- b) a região polarizada, de inspiração industrial, correspondente ao conceito de espaço como campo de forças;
- c) a região-plano ou de programa, de inspiração prospectiva, ao serviço das empresas e das autoridades públicas, que é um conceito operacional e concebido para a ação. É também uma região administrativa, um espaço cujas diversas partes relevam de uma mesma decisão (BENKO, 1999, p.p.17-18).

Ainda, outros autores citados em Benko (1999) trazem conceitos para “região”, tal como o elaborado por Alain Lipietz (1990) que, “numa ótica regulacionista, uma região é um espaço em si que constitui uma área homogênea de articulação dos modos e formas de produção (pertencentes a um mesmo regime de acumulação)”. Já Lajugie (1979), elaborou uma definição inspirada em investigações anteriores: “A região corresponde a uma área geográfica que constitui uma entidade que permite, simultaneamente, a descrição de fenômenos naturais e humanos, análise de dados socioeconômicos e a aplicação de uma política”. Funda-se em duas características principais: homogeneidade e integração funcional e, resulta, ao mesmo tempo, num sentimento de solidariedade vivida e em relações de interdependência com os restantes conjuntos regionais e com o espaço nacional e internacional (BENKO, 1999).

Embora o estudo regional tenha perpassado por diversas perspectivas ou que a temática da região possa ser indisciplinar, resta claro que é no desenvolvimento histórico de uma disciplina que se constrói uma teoria. Esse ponto de vista nos permitiu revelar que desde a preocupação geográfica da antiguidade há uma continuidade na formação de método e sistematização do conhecimento geográfico com interesse na análise regional. A noção de região é relevante para a compreensão do recorte espacial e se constitui numa categoria de análise própria da geografia (LENCIONI, 2001).

A busca por novos caminhos de análise na geografia surgiu no momento em que o lugar, o regional e o global se recompuseram diante da recente reestruturação do capitalismo. Atualmente, com o processo de globalização essa reestruturação traz à tona o questionamento da pertinência da escala de análise regional e também o esclarecimento de sua relevância como instância particular de análise que se situa entre o local e o global, comenta a autora (LENCIONI, 2001).

Os impactos da globalização e da reestruturação da produção e do espaço social fazem se sentir em diferentes escalas e localizações. A urbanização conquista uma maior relevância na ocupação do território e assume novos contornos que tornam a oposição rural-urbano e as tradicionais hierarquias urbanas obsoletas. Espaços tradicionalmente vistos como áreas de fronteira apresentam hoje uma ampla diversidade de atividades produtivas [...] Tais transformações foram acompanhadas por um incremento da urbanização, por uma sobre representação política dentre outros processos. Coloca-se na ordem do dia repensarmos a regionalização brasileira em um contexto cada vez mais globalizado como um desafio para o desenvolvimento e superação das desigualdades inter-regionais (LIMONAD, 2004).

O processo de homogeneização, longe de significar aniquilamento da região, significa fragmentação e também diferenciação regional. Tanto é que os movimentos regionalistas emergem como força política no momento em que o processo de globalização procura açambarcar e homogeneizar todo o espaço. O movimento regionalista nega o nacional, podendo se fechar em sua particularidade, e se coloca um sentido totalmente inverso de outrora, quando afirmar a identidade regional era afirmar a identidade nacional, pois a

construção de pertencer a uma região integrada num todo harmônico, sob a direção do Estado, afirmava sentimento nacionalista. Sinais de outros tempos: o regionalismo nega o nacional e a identidade nacional num contexto em que o nacional, que se dilui no bojo do processo de globalização, nega o regional (LENCIONI, 2001).

A região expressa a área formada pela articulação entre verticalidade-ordens, comandos- e horizontalidade-cooperação, conflitos locais, cotidiano (Santos, 2006); entre fluxos e estrutura sócio espacial; entre identidade/homogeneidade e a identificação, pela consciência social, do que é diferente ou oposto (RIBEIRO, 2004).

5. METODOLOGIA

O estudo baseou-se na taxionomia proposta por Vergara (2011), que classifica a pesquisa quanto aos fins e aos meios:

a) Quanto aos fins – trata-se de uma pesquisa descritiva já que descreveu o processo histórico de formação territorial da região sul do Rio Grande do Sul- no recorte da região Corede Missões- e a tensão entre o global e o regional deste recorte.

b) Quanto aos meios – trata-se de uma pesquisa bibliográfica pois baseou-se em material já publicado em livros e disponibilizados em artigos na internet.

A coleta de dados se deu por meio de pesquisa bibliográfica em material publicado em livros, artigos e informações disponibilizados em meio eletrônico;

O tratamento se dá por meio da análise de conteúdo reflexiva.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

1. Processo histórico da formação territorial da Região Sul e no recorte, a região do Corede Missões

No início do processo de ocupação das terras rio-grandenses, o território podia ser definido sob o ponto de vista clássico, uma vez que as características físicas da superfície, tiveram grande importância e assim, grande parte das particularidades que definem as características da organização espacial do território rio-grandense, tem sua origem a partir dessas características físicas.

Originalmente, antes do processo de ocupação efetiva do território rio-grandense, era possível identificar duas regiões muito específicas: a região dos campos naturais, que correspondia à Campanha e parte da Depressão Central e, a região das matas que abrangia a outra parte da Depressão Central, a Encosta do Planalto, e o Planalto propriamente dito. (ETGES, 2001).

A ocupação iniciou pelo Sul, pela região dos campos naturais, com a exploração da pecuária, uma vez que as condições naturais favoreciam esta atividade. A guerra contra a Espanha, que culminou em 1801 com a conquista das Missões e a anexação da Cisplatina, facilitou a incorporação da campanha permitindo a concessão das sesmarias, o que promoveu a rápida propagação das estâncias por essa região, embora o povoamento ainda fosse incipiente. Com base na região de Cruz Alta, as fazendas se expandiram pelos campos de Passo Fundo, Soledade, Palmeira das Missões e Santo Ângelo (BERNARDES, 1997, P. 62).

Já a porção centro/setentrional ficou relegada a um segundo plano, uma vez que a floresta era considerada o grande empecilho para a expansão da atividade da pecuária em direção ao Planalto. Foi para promover a ocupação efetiva daquelas terras que, no século XIX, o governo imperial, e em seguida o governo provincial, incrementaram a vinda de imigrantes europeus, que deveriam ocupá-las e explorá-las, com suas famílias, em pequenas propriedades rurais (ETGES, 2001). A medida que a sociedade vai se apropriando de determinado território, ela vai imprimindo as suas marcas, significando que as formas que estão impressas no território rio-grandense, ou qualquer outro território, não podem mais ser atribuídas às condições físicas ou naturais do mesmo, registra ainda a autora. Ao contrário, estas formas

atuais revelam o uso que foi e vem sendo dado ao território, determinados pela conjugação de interesses econômicos, políticos, sociais e culturais.

Especificamente à Região das Missões, tem-se que, os conflitos entre Portugal e Espanha pela delimitação de suas fronteiras coloniais transformaram a região em objeto de luta pela apropriação de suas terras, sua gente e suas riquezas. Com o fim das reduções jesuíticas e do domínio dos portugueses sobre as Missões, formou-se, na região um centro de atração de novos estancieiros que recebiam terras de autoridades locais (ZARTH, 1997).

Conforme Martini (1993), na análise da população que dá origem a organização social que se estrutura na Região das Missões do Rio Grande do Sul, durante o século XIX, pode-se destacar que: elos de uma corrente de relacionamentos ligando núcleos de pequenos proprietários, estáveis em suas datas, ao caboclo itinerante e fugidio do mato público. Outra convicção é de que os sem terras descendentes dos açorianos de número e dos mestiços de sangue puro, constituiriam um caboclo e um camponês *sui-gêneris*. Caboclo porque também internava-se nas florestas, vivia andejo, grande parte do tempo, participando das expedições ervateiras e da descoberta das minas, isto é, de novos ervais; Camponês, economicamente, porque ligado a pequena propriedade familiar que produzia gêneros de subsistência; politicamente porque envolver-se-ia em relação social de oposição, encabeçando alianças com os mais humildes caboclos, os itinerantes, os bugres, contra um adversário comum, o militar-estancieiro, sesmeiro, que visava anexar os ervais, impedindo a passagem dos ervateiros para chegar às florestas reservadas, em suas terras ou adjacências (p.p. 152-153).

Assim formou-se nas Missões uma sociedade onde conviviam dois modelos diferenciados: o das estâncias e o da atividade extrativa, que, segundo Zarth (1997, p.68) “por vezes complementavam-se, tencionavam-se ou ainda estavam em oposição frontal”. Esse contexto contribuiu para que viessem a predominar, na macrorregião da fronteira do Brasil com a Argentina e o Uruguai, especialmente nas Missões/RS, as médias e grandes propriedades, que exploraram a pecuária de corte, o cultivo do arroz e atualmente o da soja.

Na estrutura fundiária da região das Missões predominam em número de estabelecimentos, as pequenas propriedades (84,73% do total dos estabelecimentos) que abrangem 25% da área da região. Já as propriedades entre 50 e 500 hectares, representam 13,8% do número de estabelecimentos, ocupando uma área significativa (42,84%). As propriedades com mais de 500 hectares, em pequeno número (1,36%), ocupam uma área de 32,13% da área utilizada pela agropecuária na região. As principais atividades econômicas presentes na região do Corede Missões (formada por 25 municípios), são as lavouras temporárias, sobretudo de milho e soja, com cerca de 14000 estabelecimentos focados nesse tipo de uso. Outro destaque cabe para as atividades criatórias, principalmente de bovinos, presente em cerca de 11000 estabelecimentos, localizados predominantemente na sub-região mais ao sul (COREDE MISSÕES, 2006).

2. Tensão entre “ Global e o Regional ”

Com base na reconstituição do processo histórico da organização espacial do território rio-grandense, em especial da região atualmente abrangida pelo Corede Missões e, pela revisão de conceitos e teorias que dão suporte à análise empírica pode-se inferir as seguintes constatações:

Lembrando que a formação sócio espacial do território rio-grandense teve forte influência no atual contexto econômico-social e de desenvolvimento da região das Missões e que a atual estrutura produtiva primária, baseia-se em sua grande maioria no plantio da tríade (soja, milho e trigo) e de criação (em especial bovina), onde as pequenas propriedades familiares representam quase 85% dos produtores da região, é possível de se observar a tensão do global sobre o regional, visto que estas propriedades familiares são pressionadas a seguir a lógica do poder imposto verticalmente e que dá conta dos outros momentos da sua produção (circulação, distribuição e consumo), uma vez que dependem da transferência de renda da sua

produção (de baixo valor agregado) para grupos ou regiões fabris de maior valor agregado. Igualmente, dependem das forças exógenas que determinam o valor do seu produto, aliada a falta de infraestrutura adequada na propriedade (geralmente trabalhando de forma quase rudimentar), com pouca mão-de-obra (praticamente a família quem trabalha), pouco maquinário (geralmente pagando para algum vizinho ou proprietário que possui maquinário para realizar o plantio ou a colheita), sem ter acesso às novas tecnologias e de posse de pequenas porções de terra para sua produção.

Convivem ainda, neste mesmo recorte regional as propriedades entre 50 e 500 hectares que representam 13,8% do número de estabelecimentos, ocupando uma área significativa (42,84%) e as propriedades com mais de 500 hectares, em pequeno número (1,36%), mas que ocupam uma área de 32,13% do total utilizado pela agropecuária na região e que, com condições mais favoráveis (de capital, investimento, financiamento, infraestrutura, espaço físico, tecnologias, mão-de-obra, entre outros) acabam cedendo ou se adequando às pressões do sistema capitalista hegemônico, imposto verticalmente, que vem se apropriando do território no sentido de explorar a produção da matéria-prima (in natura) para sua transformação, deixando a margem (exclusão) os pequenos produtores.

Mas, é no sentido de reagir/resistir ao atual contexto hegemônico e perverso da globalização ou ainda, como expõe Milton Santos (2006), “ao ser incapaz de se subordinar às racionalidades dominantes, esta experiência de escassez é a base para uma adaptação criadora, o que faz destas irracionalidades outras formas e racionalidades e que apontam para a construção de um novo sentido”, que esses pequenos produtores familiares distribuídos nos diversos municípios abrangidos pelo Corede Missões, necessitam (re)organizar-se a fim de formar novos arranjos territoriais particulares (regiões), com novas condições de produção e resultados (horizontalização), atendendo aos interesses da própria região e não aos interesses de agentes globais, pelo mundo a fora. Essa organização deve ser produto da solidariedade e não ao contrário (ordem global), promover a solidariedade interna ao subespaço (forças centrípedas), mesmo constantemente sendo perturbados pelas forças centrífugas, atentando para o território como algo em processo, uma forma-conteúdo, um traço de união entre o passado e o futuro imediato, um campo de forças, de exercício e de contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o econômico e o social (ETGES, 2001).

Como bem afirma Milton Santos (2006), a ordem global busca impor a todos os lugares uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo diversos modos de sua própria racionalidade. A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema. A ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e como território, regidos pela intenção.

No sentido de desenvolvimento regional, faz-se uso do entendimento de Lencioni (2001), ao dizer que a região é parte de uma totalidade, não mais orgânica ou lógica, nem uma totalidade harmônica e sim, uma totalidade histórica, entendida aqui, como formação-econômico-social.

Neste contexto, há possibilidade da promoção do desenvolvimento regional sustentável, por meio da compreensão da dinâmica e da diversidade do território como um todo, buscando multiplicar as situações de diferenciação (particularidades) num contexto de globalização e assim, na construção desse processo, talvez optando em não mais se especializar segundo a lógica dominante, mas de preferência escapar das regras impostas de cima para baixo, quando elas tornam-se impossíveis de serem seguidas, visando a produção para a qual eles estariam (no modelo ideal) em situação de monopólio. Assim, esses pequenos produtores familiares devem apostar em alternativas que não dependem somente da produção primária (com apenas uma cultura anual como principal fonte de renda, corre o risco de

perder sua produção devido a agentes externos como clima, pragas, doenças e às próprias condições de mercado). Devem apostar na diversificação da produção (por representar redução de risco ao produtor e uma forma de subsistência) por meio de outras culturas (adeptas ao clima e solo, como as fruticulturas, horticulturas, piscicultura, pecuária, aves, suínos, mel, cana-de-açúcar, vinhedos, entre outros). Devem igualmente, fazer usos das políticas públicas, como a exemplo do mercado institucional para a agricultura familiar por meio do PAA (Programa Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional para Alimentos Escolar) como forma de ter mercado certo para a sua produção, ou através dos programas APL (Arranjos Produtivos Locais), entre outros. Ou ainda, investindo em atividades mais inovadoras, a exemplo do turismo ecológico-rural, tendo em vista o potencial turístico já existente na região (arqueológico, arquitetônico e antropológico) apoiado pelo projeto Rota Missões.

Por fim, acredita-se que é possível promover o desenvolvimento regional sustentável, não no sentido de redução das desigualdades (entendido desenvolvimento no sentido de “industrialização/urbanização”- lógica global), mas sim pela valorização e compreensão da diversidade/ diferenciação das particularidades regionais (tanto de processos naturais-físicos, quanto sociais- vistos como potencialidades), ou seja, na conformação da região (particularidades) ao final do processo (geral, advindo da globalização e o específico, aqui entendido como local /município).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização, na forma como se dá atualmente, vem reconfigurando os territórios no mundo e pelo mundo, onde cada vez mais o poder hegemônico, típico do modo de produção capitalista, vem se apropriando desses territórios no sentido de atender aos interesses dos segmentos hegemônicos (grandes corporações transnacionais e até mesmo grandes grupos econômicos como E.U.A, Alemanha e Japão), imprimindo nos territórios a racionalidade dominante e o lado perverso da globalização, qual seja, da marginalização, da exclusão social (pobres, minorias, migrantes), econômica (atividades não tipicamente capitalistas, mais tradicionais, artesanais, sem muita tecnologia) e geográfica (espaços menos modernos, industrializados ou urbanizados), pretensamente tentando se impor ao saber local, autêntico, horizontal.

Mas, é justamente na face oposta (imposição vertical, hegemônica e perversa da globalização), que se encontram as oportunidades de contra-racionalidade, que se apresentam aos atores regionais no sentido de se opor, resistir e reagir ao que está posto e, assim, quando apropriados do saber fazer local, do autêntico, conseguem por meio da construção social, dos laços afetivos e relações histórico-culturais comuns, da compreensão e valorização das diversidades (vistas como potencialidades) fortalecer as horizontalidades , potencializar sua capacidade de auto-organização para a conformação de um novo território (apropriado, usado, construído), muito mais autônomo frente à hegemonia imposta, com sentimento de pertencimento à identidade construída, associada ao espaço de ação coletiva (solidariedade), de valorização humana (qualidade de vida), numa perspectiva de sustentabilidade (sociedade e natureza).

Portanto, o poder hegemônico instituído fruto do modo de produção capitalista e o lado perverso da globalização vai continuar existindo, cabe aos atores regionais reagirem, procurando compreender as particularidades e o saber fazer local para transformar a realidade imposta. (ETGES, 2001). Nas palavras de Santos (2006) “ a única forma de frear o caráter perverso da globalização é fortalecer as regiões”. E ainda, “num mundo assim feito, não cabe a revolta contra as coisas, mas a vontade de entende-las, para poder transformá-las” (SANTOS, 1994, P.9).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENKO, Georges. *A Ciência Regional*. Lisboa: Celta Editora- Oeiras, 1999.

BERNARDES, Nilo. *Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Unijuí, 1997.

COREDE MISSÕES. *Relatório Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões/RS-Planejamento Estratégico*, 2006. Acesso em 11/06/2014. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/>

ETGES, Virginia E. *A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo*. In: Vogt, Olgário e Silveira, Rogério. *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

_____. *Desenvolvimento Regional Sustentável: o território como paradigma Santa Cruz do Sul*: Edunisc, 2005.

ETGES, Vírginia E., DEGRANDI, José Odin. *Desenvolvimento Regional- a diversidade como potencialidade*. Blumenau: Revista Brasileira de Desenvolvimento, vol 1, n 1, 2013.

FLORES, Murilo. *A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte*. Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP, 2006.

HARVEY, David. *A condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2002.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia. A noção da região no pensamento geográfico*. In: Carlos, Ana Fani. *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2001.

LIMONAD, Ester. *et al. Brasil Século XXI por uma nova regionalização: agentes, processos, escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MARTINI, M. L. *Sobre o caboclo-camponês, “um gaúcho a pé”*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre (RS), 1993.

PECQUEUR, Bernard. *Qualite et développement – L’hypothese du panier de biens*. In: *Symposium sur le développement regional*. INRA-DADP. Montpellier, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Regionalização: fato e ferramenta*. In: *Brasil Século XXI por uma nova regionalização: agentes, processos, escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade: ensaios*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

ZARTH, P. História agrária do planalto gaúcho 1850-1920. Ijuí (RS): UNIJUI, 1997.